

## **XII Congresso Brasileiro de Direito do Consumidor. Direito do Consumidor y Desarrollo: vulnerabilidad e inclusión**

Por Luciane KLEIN VIEIRA

Entre los días 12 a 15 de mayo de 2014 fue realizado, en la ciudad de Gramado, el XII Congreso Brasileño de Derecho del Consumidor, organizado por el Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor (Brasilcon), que contó con la participación de renombrados juristas de todo el país y de Iberoamérica.

Entre los diversos temas debatidos, se hizo especial hincapié a la propuesta de actualización y modernización del Código Brasileño de Defensa del Consumidor (Ley Federal nº 8.078/1990), elaborada por la Comisión de Juristas nombrada por el Senado Federal, sin dejar de hacer mención, igualmente, a la Propuesta Brasileña de Convención sobre Cooperación para la Protección del Turista y Visitantes Extranjeros, presentada recientemente en el ámbito de la Conferencia de Derecho Internacional Privado de La Haya.

Culminando el Congreso, además de manifestaciones públicas en el sentido de la aprobación de la reforma del Código referido, fue firmada por los presentes la Carta de Gramado, que pide la aprobación inmediata de los proyectos de ley nº 281 y 283, resultado del trabajo de la Comisión mencionada, que tratan, respectivamente, del comercio electrónico y de la prevención del sobreendeudamiento del consumidor.

### **CARTA DE GRAMADO**

Considerando a relevância e a atualidade dos temas vinculados ao comércio eletrônico e o seu impacto na relação de consumo,

Considerando a necessidade do estabelecimento de políticas públicas destinadas à proteção internacional do consumidor, especialmente às vésperas dos grandes eventos esportivos,

Considerando a necessidade de regulação do crédito ao consumidor, prevenindo o superendividamento e a exclusão dos consumidores brasileiros da sociedade de consumo globalizada,

Por ocasião do XII Congresso Brasileiro de Direito do Consumidor (Direito do Consumidor e Desenvolvimento: vulnerabilidade e inclusão), promovido pelo Instituto

Brasileiro de Política e Direito do Consumidor, na cidade de Gramado, de 12 a 15 de maio de 2014, seus membros e demais participantes, vem a público

Manifestar seu apoio à aprovação imediata pelo Congresso Nacional,

a) do Projeto de Lei 281, que altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para aperfeiçoar as disposições gerais do Capítulo I do Título I e dispor sobre o comércio eletrônico;

b) do Projeto de Lei 283, que altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para aperfeiçoar a disciplina do crédito ao consumidor e dispor sobre a prevenção do superendividamento;

Ambos na forma do substitutivo aprovado pela Comissão Especial instituída no âmbito do Senado Federal.

Gramado, 15 de maio de 2015.